Os males e os remédios

O mercado globalizado e as exigências do consumo impõem os severos preceitos da qualidade total

ENIO MARQUES

O processo de aproximação dos hábitos e internacionalização de bens e serviços dos anos recentes cada vez mais universaliza as demandas sociais, as políticas públicas, os sistemas de produção e os meios de comunicação. Os países vêm adotando decisões que demonstram uma clara preferência pelos compromissos multilaterais e condicionamento de sua soberania a linhas comuns de interesses.

Solidariedade é a palavra de ordem

O combate aos fenômenos sociais do desemprego, da violência urbana, do consumo de drogas, por exemplo, deixou de ser um problema isolado dos países pobres ou ricos, tornado-se questão de alta relevância na agenda internacional.

A retomada da solidariedade entre os povos alcança, praticamente, todas as áreas estratégicas para o bem comum da humanidade. Os organismos internacionais especializados em meio ambiente, agricultura e saúde pública receberam novos mandados para o aperfeiçoamento das políticas de proteção dos recursos naturais (bióticos e abióticos) e dos consumidores intermediários e finais.

Grandes males, grandes remédios

Muitos cientistas sociais acreditam que são tímidas as mudanças resultantes dos movimentos internacionais na atual estrutura social dos países ante os aspectos negativos dos produtos e do próprio ambiente utilizados pelo homem dentro em breve. Esse ponto de vista prevê que uma onda de inovações e medidas serão necessários à gestão desses aspectos.

Novos materiais, substâncias químicas, tecnologias de informação e comunicação avançam de fato a passos largos, alterando conceitos, produtos e relações sociais. À biologia dos animais e vegetais agregam-se ferramentas para o suporte, a decisão e o gerenciamento dos perigos físicos, químicos e microbiológicos ao longo da cadeia produtiva.

A produção e o armazenamento de alimentos continuam a constituir uma das maiores preocupações do homem, não mais na visão quantitativa que imperava no passado recente, e sim quanto aos aspectos relacionados a pressão sobre o meio ambiente, inocuidade e segurança alimentar.

Em seu desdobramento mais recente, o conceito de inocuidade contempla as garantias necessárias para assegurar a identificação da matéria-prima dos alimentos desde a sua origem na fazenda até o momento do preparo e do consumo na mesa dos consumidores.

A reforma das políticas

Sinteticamente, quatro são os marcos importantes na história recente da inocuidade dos alimentos: nos anos 30, a reforma da administração pública; nos 50 (pós-Segunda Guerra Mundial), Programa Conjunto FAO/OMS do Codex Alimentarius; nos anos 70, a decisão da Assembléia Mundial de Saúde, em Alma Hata, da Atenção Primária à Saúde (Nutrição, Habitação e Saneamento) como meio de alcançar a meta de saúde para todos no ano 2000; e mais recentemente, em 1995, o Acordo de Marrakesh.

Em 1930, em decorrência de acordo de cooperação técnica com o governo francês, a administração brasileira passou por uma profunda reforma, em especial no que dizia respeito aos papéis e às relações do setor público com os agentes privados. Naquele período, a agricultura constituía o principal meio para a geração de riquezas e o desenvolvimento do país.

Um conjunto de novas legislações, à semelhança do que ocorria na Europa e na América do Norte, estabeleceu as normas fundiárias, as bases e as estratégias da pesquisa e do ensino agrícolas, as obrigações de defesa sanitária dos animais e vegetais e de inspeção higiênico-sanitária para carnes e leite.

As legislações sanitárias e fitossanitárias persistem até os dias de hoje, em que pese às acentuadas diferenças entre as sociedades do presente e as daquela época. Os métodos de inspeção de produtos para controle de qualidade industrial constituíam inovações de amplo emprego e os fundamentos das mudanças tecnológicas para o aperfeiçoamento dos processos de produção.

Novas preocupações

Na década de 50, período de reconstrução dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial, novos temas e preocupações foram incluídos nas políticas agrícolas: o abastecimento popular, o desenvolvimento das florestas e da pesca, a assistência técnica e o crédito rural, a revolução verde e o comércio internacional.

O período se caracterizou pelo surgimento de acordos multilaterais básicos nos campos do comércio, do desenvolvimento econômico, das relações de trabalho e da cooperação técnica internacional. O Banco Mundial, o Gatt, a OIT, a ONU, a FAO, a OMS, entre outros organismos internacionais, surgiram para colaborar no processo de desenvolvimento econômico e social dos países.

Na área de alimentos, fruto dos trabalhos de cooperação internacional, o Codex Alimentarius e as normas de controle de qualidade certamente representaram as mais importantes ferramentas para a proteção dos interesses dos consumidores. Deming deu início à prática da qualidade total na reconstrução do Japão, que mais tarde tornaria os produtos japoneses paradigmas de excelência e qualidade.

Saúde para todos

Nos anos 70 as decisões da Assembléia Mundial da Saúde – saúde para todos no ano 2000 – permitiram um avanço na retomada da solidariedade internacional e na capacidade de instrumentalizar compromissos multilaterais para o enfrentamento das questões sociais relativas à saúde.

Foi lançada a base da reforma da saúde pública, substituindo-se a noção tradicional da doença por uma outra, centrada na saúde. A atenção primária à saúde, representada por nutrição, saneamento e habitação, torna-se o elemento chave para a prevenção dos problemas que atingiam a saúde individual ou coletiva e o alcance da meta para o ano 2000.

Mais recentemente, nos anos 90, o Acordo de Marrakesh, depois de mais de oito anos de negociações, complementa os marcos da evolução do aprimoramento das políticas públicas globalizadas no campo da produção e comércio agrícola.

A criação da OMC materializa o compromisso do pós-guerra de uma base comum para as relações de produção e comércio de bens e serviços que permita disciplinar o crescimento mundial com maior justiça e eqüidade. Tal referencial sustenta princípios relevantes para a proteção dos interesses difusos, em especial a transparência e a plena informação sobre os produtos na cadeia de produção e comércio.

Qualidade total

A história do controle da qualidade teve início nos anos 30 com a sistematização da inspeção dos produtos. Em linhas gerais, a inspeção traduzia-se na avaliação dos produtos finais através de um processo de amostragem e comparação com um padrão e a decisão de liberá-los ou não.

Os especialistas evoluíram para o controle da qualidade na fase de produção, que permitia a correção das não-conformidades identificadas na inspeção do produto final. Depois surgiu com muita força a organização dos sistemas de controle de qualidade de não-conformidades reais e potenciais, com o objetivo de reduzir os defeitos através do controle dos insumos, processos, equipamentos e operações. As normas e processos de certificação constituem a base dos sistemas de qualidade.

> Os organismos internacionais especializados em meio ambiente, agricultura e saúde pública receberam novos mandados para aperfeiçoar as políticas de proteção dos recursos naturais (bióticos e abióticos) e dos consumidores intermediários e finais.

A preocupação de manter inalteradas as características positivas do produto e a necessidade de ganhar a fidelidade do cliente levaram a engenharia de processo a incorporar inovações tecnológicas que permitam assegurar sua qualidade total desde a decisão de produzi-lo até o momento do uso pelo consumidor final. A gestão pela qualidade obriga ao emprego de métodos de análise de risco para trabalhar as incertezas.

Enio Marques é diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas (Abiec).